

“SOMOS TODOS (AS) ATINGIDOS (AS)”:

os impactos sociais na vida das famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica São Roque/SC, a partir do ponto de vista das mulheres atingidas

TEIXEIRA, Ana Cecília Araújo¹; SANTOS, Érica Fernanda dos²; OLIVEIRA, Laíne Motter³;
MACHADO, Mariana Pfeifer⁴
e-mail¹: anacecilia.at@gmail.com

Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET/SSO) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo:

A discussão sobre a questão das barragens e geração de energia tem ganhado grande espaço de debate, não somente no Brasil, mas também pelo mundo. Isso se relaciona com os avanços das pesquisas nesse setor, aos inúmeros acidentes ocasionados por essas construções, a divulgação nas grandes mídias e os impactos ambientais e sociais desse tipo de empreendimento. Para além disso, é necessário pensar em quais condições vivem e em qual realidade estão inseridas as pessoas atingidas pelas barragens no país. Neste sentido, este trabalho busca contribuir com o debate tendo como objetivo identificar os impactos sociais na vida das famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica São Roque/SC, a partir do ponto de vista das mulheres atingidas. A pesquisa optou como método de coleta dados o grupo focal, seguido de transcrição, sistematização e análise. Como resultados parciais, identificou-se uma série de violações de direitos na vida dessas mulheres, como a falta de acesso a serviços básicos (como saúde, educação e assistência), a sobrecarga de trabalho no meio rural, a perda de renda devido a remoção de grande parte das comunidades que viviam próximas, e o principal ponto ao qual elas apresentam como o que mais impactou em suas vidas, o isolamento social.

Palavras-chave: políticas públicas; população atingida por barragem; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); geração de energia brasileira;

Introdução:

A questão da geração de energia varia territorialmente. No Brasil, hodiernamente, a fonte mais utilizada para matriz energética é a hidrelétrica, que utiliza os rios em movimento de força contínua para a geração de eletricidade, correspondendo a 62% do total de energia produzida no país (ANEEL, 2019).

Na perspectiva histórica brasileira, a partir da década de 1970, com o projeto desenvolvimentista de sociedade, se aumentou os investimentos em setores voltados à tecnologia, o que, concomitantemente, fez a demanda por produção de energia elétrica crescer, passando a obter qualquer que seja a finalidade, danos são causados, não somente pelas grandes Usinas Hidrelétricas (UHEs), como também pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Além disso, a maioria das concessões feitas para essas construções advém do setor

¹Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Petiana bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET-SSO) da UFSC. E-mail: anacecilia.at@gmail.com

²Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Petiana bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET-SSO) da UFSC. E-mail: sericafernanda7@gmail.com

³Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Petiana bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET-SSO) da UFSC. E-mail: motterlaine@gmail.com

⁴ Mariana Pfeifer Machado, tutora do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e docente do Departamento de Serviço Social UFSC. E-mail: marianapfeifer@gmail.com

privado, que voltados a obtenção direta do lucro com a exploração da produção energética, ignora as consequências sociais.

Com a falha legislativa e também sem uma política básica ambiental e de proteção social para os afetados por esses empreendimentos, observa-se que existe uma constante violação de direitos básicos para com as populações atingidas por barragens no Brasil, denunciada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), protagonista da luta pela emancipação dos direitos das populações atingidas pelas barragens.

Considera-se que a pesquisa aqui apresentada busca compreender de forma geral e como objeto de análise a violação de direitos básicos a partir do ponto de vista da população atingida pela UHE de São Roque, instalada no Rio Canoas, na divisa dos municípios de São José do Cerrito, e Vargem, região serrana do oeste do estado de Santa Catarina.

Metodologia:

A presente pesquisa é de caráter qualitativo. O objeto da pesquisa são as condições em que vive a comunidade atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) São Roque no Rio Canoas, na divisa dos municípios de São José do Cerrito e Vargem, região serrana do oeste do estado de Santa Catarina, a partir do ponto de vista das mulheres atingidas. Como objetivo geral a pesquisa busca identificar e analisar os impactos sociais na vida das famílias atingidas pela UHE São Roque, a partir do ponto de vista das mulheres atingidas; e por objetivos específicos busca-se resgatar historicamente o desenvolvimento do padrão energético no Brasil; identificar o papel e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil e em Santa Catarina; e, identificar as mudanças sociais, culturais, familiares, políticas e econômicas operadas nas condições de vida das famílias atingidas pela UHE São Roque analisando do ponto de vista das mulheres atingidas.

Como método de coleta de dados, optou-se pela técnica do grupo focal com as mulheres atingidas, seguida da transcrição dos áudios, sistematização e análise. A definição da amostra foi aleatória e considerou a disponibilidade e interesse do público alvo em participar. Foi realizado convite as mulheres atingidas pela UHE São Roque para participar do grupo focal, e compareceram o total de 20 mulheres para uma roda de conversa realizada em dezembro de 2019, onde foram coletados os dados. Atualmente, a pesquisa encontra-se em fase de análise final dos dados que foram coletados e sistematizados. Neste sentido, apresentar-se-á os resultados e discussões parciais obtidas até o momento a partir do estudo histórico e bibliográfico acerca do padrão energético brasileiro e do MAB.

Resultados e Discussão:

As barragens são uma tecnologia histórica utilizada por diversas sociedades com a função principal de abastecimento. Atualmente, pode ter suas funções variantes, mas de forma geral elas são utilizadas para a contenção de materiais, normalmente sendo de água ou rejeitos de mineração. Segundo a Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000, p.7), “barragens têm sido construídas há milhares de anos - barragens para controlar inundações, para represar águas como fonte de energia hidrelétrica, para fornecer água para consumo humano direto, uso industrial ou para irrigar plantações.” Nesse sentido no ano de 1950 iniciou-se um processo de construção cada vez maior de barragens - tanto estatais quanto privadas -, e na atualidade existem ao mínimo 45.000 grandes barragens, sendo que ao menos metade dos rios do mundo possuem uma grande barragem (CMB, 2000).

A classificação de barragens por sua função se divide em armazenamento ou regularização de vazões, barragens de derivação que desviam o fluxo para canais, para controle de cheias e barragens para contenção de rejeitos industriais. Esses empreendimentos são utilizados em sua grande maioria para atender aos interesses de mercado e do capital, trazendo consigo impactos prejudiciais desde sua construção até seus respectivos funcionamentos, que atingem à natureza e à sociedade direta e indiretamente. Alguns desses impactos ocorrem desde sua construção, que muitas vezes requer o deslocamento de grupos de habitantes da região, abalos sísmicos induzidos, modificações ou destruições de ecossistemas, mudanças na periodicidade e formação de chuvas, na própria qualidade da água, submersão de territórios, o aumento de doenças ligadas à água e a acumulação de sedimentos químicos prejudiciais às vidas humanas e à própria terra (ZUFFO, 2005).

Do ponto de vista histórico, o setor elétrico brasileiro consolida-se entre 1950 e 1960, em que as grandes empresas surgiram, mas era o Estado quem controlava a distribuição e a comercialização da energia, sendo responsável pelas barragens. Em meados de 1990, com a expansão do neoliberalismo, a produção de energia e, conseqüentemente a construção de barragens, passa para as mãos de transacionais estrangeiras, privatizando o setor. A partir da privatização segmentou-se todo o processo que antes era feito pelo Estado – a geração, a transmissão e a distribuição –, o que possibilitou a participação de diversas empresas, desarticulando o controle integral do setor elétrico. Formaram-se “sociedades de propósito específico” para se ter mais controle dos lucros retirados do setor elétrico, implicando na transferência do patrimônio público nacional para o capital privado.

No ano de 1970, com a crise no setor petrolífero e avanço no crescimento econômico brasileiro, o governo buscou novas fontes de geração de energia, passando então a investir em Usinas Hidrelétricas (UHEs) – como a de São Roque que nos últimos anos vem sendo construída e é campo da presente pesquisa –, consideradas de baixo custo e elevada produção de energia (FOSCHIERA; BATISTA; JUNIOR, 2009). Com o avanço desses empreendimentos, inúmeras pessoas foram afetadas, passando assim a organizar-se em mobilizações para contrapor-se a essas construções e seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

No sul do Brasil através da prospecção da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, os/as atingidos/as passam a se organizar formando as Comissões Regionais dos Atingidos por Barragens (CRABs), com o objetivo de enfrentamento direto da Central Elétrica do Sul do Brasil (ELETROSUL), que possui protagonismo na venda e geração de eletricidade na região. As CRABs se organizaram de forma a dar ênfase em características locais de cada população, compreendendo o contexto ao qual se inseriram (SCHERER-WARREN; REIS, 2009).

Conforme as articulações locais foram ganhando espaço através das CRABs, adensa-se a ênfase do enfrentamento as construções de barragens como uma problemática social, observando-se os aspectos comumente colocados referentes aos direitos subsequentemente violados. Desta forma no ano de 1989, através dessas experiências locais de luta ocorre o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, que delibera pela construção de uma articulação Nacional de lutas dos atingidos e atingidas por barragens de todo o Brasil, como um dos novos horizontes da luta (MAB, 2019) e, assim a luta é construída e consolidada com a construção do MAB.

A luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) conta com uma historicidade de acúmulo de perdas dos direitos dessa população desde que o setor energético era conduzido por forças estatais. De acordo com a Comissão Mundial de Barragens, em 2015, a população de

atingidos por barragens chega a quase dois milhões de pessoas e 70% desta não teve nenhum tipo de reparação legal. Tendo em vista que desde a consolidação da matriz energética hidrelétrica brasileira, enquanto o Estado a controlava, os direitos dessa população são rechaçados, com a privatização, na lógica lucrativa, esses direitos são considerados gastos. A população atingida não possui nenhuma garantia e nenhum tratamento sobre sua situação, além de não existir nenhuma regulação para. O Estado ausenta-se de sua responsabilidade de promoção de políticas públicas e de fiscalização desses territórios habitados.

Os homens e mulheres atingidos são tratados dentro do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA), como consta enquanto um custo socioambiental das usinas, sendo, literalmente, desumanizados e tratados como parte do meio ambiente, desconsiderando suas particularidades. No caminho da luta pela conquista de seus direitos, em 2010, conseguiram o direito ao cadastro socioeconômico, que serve para cadastrar a população antes do licenciamento das construções, controlado pelas próprias empresas. A garantia desse direito passa a ser uma ilusão, na medida em que o controle dessa política passa a ser dos grandes empreendedores. Segundo o relatório da Comissão Especial aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 2010, há um conjunto de 16 direitos humanos sistemicamente violados.

A energia deixa de ser interpretada como um direito na medida em que passa a ser uma mercadoria, violando seu acesso e seu processo de produção, como denuncia o MAB. Dentro desse processo de produção, não se pode deixar de citar os problemas ambientais que as construções das barragens causam. Secas, enchentes, infestações, até mesmo mudanças climáticas podem ser acarretadas por esse setor. O interesse das grandes empresas junto à ausência de fiscalização e ação do Estado implicam na destruição gradativa da natureza, em uma concepção capitalista, como cita Simião (2013), as classes dominantes através da denominado parceria “público privada”, cria um estado que responde aos interesses neoliberais, sendo “enxuto e forte para o capital” (SIMIÃO, 2013, p. 2) transferindo para a “sociedade civil responsabilidades estatais e do próprio capital. Dessa forma, culpabiliza os indivíduos, fragmentam, focalizam, limitam e restringem políticas públicas e direitos para a classe trabalhadora” (SIMIÃO, 2013,p.2).

Nesse aspecto, como resultados parciais do grupo focal, identificou-se neste estudo que de luta e resistência contra o atual modelo energético, deve se compreender a questão de gênero como essencial para a transformação social, pois além das diversas violências cotidianas que essas mulheres enfrentam devidos ao modelo de sociedade patriarcal, (psicológica, moral, patrimonial), esses empreendimentos afetam com mais força a vida delas, pois nos locais ao qual são feitas essas construções os índices de violência contra a mulher aumenta, há uma perda gradativa de renda e trabalho - que normalmente advém do trabalho informal e autônomo, que com a perda de vínculos com a comunidade que são destruídas e descentralizadas,- e principalmente a perda de vínculos sociais e com uma rede solidariedade com a comunidade e vizinhos que viviam próximos, sendo que nas famílias que continuam residindo nesses locais ficam cada vez mais isoladas, e principalmente as mulheres devido ao seu trabalho ser desenvolvido em grande maioria no ambiente doméstico (MAB, 2011).

Considerações finais

Em síntese, o discurso vendido de energia limpa para a construção de hidrelétricas é completamente contraditório. No contexto histórico neoliberal, o movimento ambiental era considerado indissociável aos movimentos sociais (HAWKEN Apud RIBEIRO, 2012, p. 213),

porém, controlado pelo movimento do capital o novo ambientalismo surge enquanto um movimento disperso, desconsiderando o contexto econômico, político e social, implicando a natureza como um elemento interpretado com sentido subjetivo, enxergando-a com um sentido apenas operacional (TAVOLARO Apud RIBEIRO, 2012, p. 214). Portanto, ao entender a questão da população atingida por barragens, é necessário ter em vista que a geração de energia aborda discussões indissociáveis, como a questão social e ambiental, que devem ser pautadas na construção de uma proteção social e ambiental para os (as) impactados (as) com esses empreendimentos.

Deve-se explicitar ainda esses empreendimentos fazem com que se aflorem ainda mais as questões exploratórias do capital, como a questão étnico-racial e de gênero, bases da sociedade capitalista. Nesse sentido, a organização das mulheres da UHE de São Roque, evidencia fatos até então não comentados nas pautas de negociações com a empresa responsável pela obra – sendo a sua própria presença um ganho na organicidade da luta dos afetados pela UHE – pois se evidencia os impactos diretos e indiretos na vida das mesmas. Uma das questões mais pontuadas se trata da vivência no campo desde a infância, sendo que com a barragem e em idade já avançada são obrigadas a se retirar compulsoriamente do local em que viviam, tendo que reaprender a viver em meios normalmente adversos ao qual estão adaptadas. Devido a essas retiradas compulsórias das pessoas que conviviam na mesma comunidade os vínculos sociais e afetivos vão se perdendo, causando danos sociais e psicológicos na vida dessas mulheres. Desse modo, a organização das mulheres é de suma importância para o MAB, pois essas evidenciam as particularidades do contexto social, muitas vezes ignoradas pelas empresas. Sendo o lugar da mulher também na luta pelos seus direitos, e pelos direitos do povo.

É nesse sentido que essa pesquisa pretende contribuir, considerando as diversas atribuições dos grupos PET nacionalmente, considerando o ensino, a pesquisa e a extensão ao buscar a emancipação dos direitos da população atingida por barragens, considerando a área de atuação do Serviço Social, uma ciência social aplicada. Dessa forma, ao denunciar a real situação dessa população a partir de uma análise crítica e material da realidade, tem-se a negligência do Estado para com seus deveres, além de demonstrar dialeticamente a verdadeira intenção do neoliberalismo.

Referências Bibliográficas

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Regulação do Mercado de Energia Elétrica - Comercialização**. 2018. Disponível em: <<https://www.aneel.gov.br/mercado-de-eletricidade>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CMB. COMISSÃO MUNDIAL DAS BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões - Um Sumário**
https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf Acesso em 12 nov. 2019.

FOSCHIERA, Atamis Antonio; BATISTA, Lucione Sousa; JUNIOR, Antonio Thomaz. **Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO**. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anaisivsimp/gt1/5atamisfoschiera.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MAB. Movimento dos Atingidos Por Barragens. **Final da década de 70: os primeiros passos: A criação das comissões regionais de atingidos**. 2013. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

RIBEIRO, Fernando Pinto. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao

protagonismo de mercado. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 2, 211-226, mai/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v24n2/04.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. **Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (mab) e sua articulação em redes**. 2006. Disponível em: <http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st2DO%20LOCAL%20AO%20GLOBAL.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SIMIÃO, Luciana do Nascimento. A falácia do ecocapitalismo: o ecossocialismo como horizonte. In: **Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, UFMA, 2013. pp. 1- 0. Disponível em: <https://docplayer.com.br/64209848-A-falacia-do-ecocapitalismo-o-ecossocialismo-como-horizonte.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

ZUFFO, Monica S. Resio. **Metodologia para avaliação da segurança de barragens**. 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/257858/1/Zuffo_MonicaSoaresResio_M.pdf. Acesso em: 03 dez. 2019.